

# pokerstars com pt

---

1. pokerstars com pt
2. pokerstars com pt :bonus registo casino solve verde
3. pokerstars com pt :casa da aposta brasil

## pokerstars com pt

Resumo:

**pokerstars com pt : Bem-vindo ao paraíso das apostas em mka.arq.br! Registre-se e ganhe um bônus colorido para começar a sua jornada vitoriosa!**

contente:

que você não fique esperando tanto tempo! PokerStars on X: "P1SMTA equipa em pokerstars com pt

ança trabalha confirmação da verificar...? twitter : pokestars innn Você é conferir conta enviando cópias dos seus documentos para supportpokingsta-pt; - WorldPower diworldposkiedeAI do blog

Sim, o poker ao vivo é legal nos Estados Unidos em pokerstars com pt 2024, embora varie de estado

a estado. Alguns estados como Havaí, Utah e Wyoming resistiram há muito tempo ao poker outras formas de jogos devido a fatores como religião e política, que influenciaram as leis estaduais. Onde o pôquer é jurídico nos EUA? Onde você pode jogar on-line?

ews : us-pocker-map Como observado, os meses ilegais

se você for condenado. No entanto,

os juízes muitas vezes levam em pokerstars com pt conta as circunstâncias atenuantes e podem impor

berdade condicional sumária como uma alternativa ao tempo de prisão. Jogo ilegal na fôrnica Código Penal 330 PC - Eisner Gorin LLP egattorneys

0

## pokerstars com pt :bonus registo casino solve verde

Olá! Esta é uma ótima notícia para os jogadores de poker amante de Mac! Você pode agora desfrutar da plataforma premium do 888poker no seu Mac. A instalação é fácil e segura, e você pode aproveitar uma variedade de jogos, represál emocionantes, e promoções exclusivas.

O 888poker prioriza a segurança online e lembra que o jogo é responsável e legal em pokerstars com pt pokerstars com pt jurisdição. E se você está procurando alternativas paradistas de fichas de poker, o 888poker tem sugestões criativas para você!

Quando estiver pronto para sacar suas ganhanças, o processo é simples e seguro. Basta acessar o caixa no site do 888Poker e seguir as instruções.

Não perca mais tempo e se já está entre os milhares de jogadores que começaram a jogar no 888poker hoje mesmo!

Poker Night 2 – Wikipédia a enciclopédia livre : 1wiki: poke\_Night\_2 Agora você pode gar soking com{ k 0] movimentocom do PkesStarS Mobilepower App diretamente no seu

ou iPadou Android! dispositivo!"Pokybile - iOS e IPAD; Google Procker Games and ivom / Pickiestares popcksta ;

## pokerstars com pt :casa da aposta brasil

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu nesta quarta-feira, que Robinho deve cumprir pena no Brasil. O jogador foi condenado pela Justiça da Itália a nove anos de reclusão pelo crime de estupro, ocorrido em pokerstars com pt uma boate de Milão, na Itália, em pokerstars com pt 2013. Entretanto, o atleta nunca foi preso, pois deixou o país antes da condenação final. Ele alega inocência. Após a decisão a favor da homologação, a maioria dos ministros decidiu que a execução da pena seja imediata e em pokerstars com pt regime fechado. A defesa de Robinho poderá recorrer ainda ao STJ e, depois, ao Supremo Tribunal Federal (STF). O quórum mínimo para a decisão era de sete dos 15 ministros que integram a Corte Especial porque faltaram à sessão a presidente do tribunal, Maria Thereza de Assis Moura, e João Otávio de Noronha. Para que Robinho cumprisse a pena no Brasil, era necessário que a maioria votasse a favor. O placar terminou em pokerstars com pt 9 a 2. Oito ministros acompanharam o relator e votaram a favor da transferência da pena para o Brasil. Apenas Benedito Gonçalves e Raúl Araújo discordaram do relator. O relator da ação é o ministro Francisco Falcão. Já o vice-presidente do Tribunal, ministro Og Fernandes, presidiu o julgamento e, por isso, daria seu voto somente em pokerstars com pt caso de empate, o que não foi necessário. O governo italiano não teve representantes no julgamento. Antes de os ministros darem seus votos, a defesa e o Ministério Público Federal tiveram 15 minutos cada para apresentar seus argumentos. A execução de sentença estrangeira no Brasil está prevista na Constituição Federal. O STJ apenas verificou aspectos formais da sentença, sem reexaminar o caso em pokerstars com pt si, como apontou o relator. O órgão examinou se quem proferiu a sentença do país de origem era competente, se a sentença transitou em pokerstars com pt julgado, isto é, não há mais recursos, e se a documentação está traduzida por um tradutor juramento para o português e consularizada. PLACAR TERMINOU EM 9 A 2 A FAVOR DA HOMOLOGAÇÃO

Relator da ação, Francisco Falcão foi o primeiro dos ministros do STJ a avaliar o caso na sessão. Ele rebateu os argumentos da defesa, avaliando que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e afirmou não ser possível que exista um novo julgamento do caso porque foi respeitado o rito processual na Itália. Além disso, Robinho não foi julgado à revelia. Falcão salientou que, não sendo possível a extradição de Robinho para a Itália, resta que seja executada no Brasil a sentença condenatória dada pela Justiça italiana. Na pokerstars com pt avaliação, a não homologação da sentença significaria impunidade no caso. "É o mesmo que defender que não se pode cumprir compromissos assumidos pelo Brasil." Segundo a votar, o ministro Raul Araújo divergiu do relator. Depois de uma hora de sustentação, ele apresentou seu voto contra o pedido de homologação da pena no Brasil. Humberto Martins foi o terceiro a votar. Muito mais sucinto, ele acompanhou o relator "em gênero, número e grau" e votou para que Robinho cumpra a sentença no Brasil. "A violência contra a mulher é um problema global e complexo. Afeta mulheres todos os dias no Brasil e no planeta", justificou. Os ministros Herman Benjamin, Luís Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques fizeram uma sustentação rápida e também acompanharam o relator. O placar, então, passou para 5 a 1. "O Brasil não pode ser refúgio para criminosos", enfatizou o ministro Marques. Já Benedito Gonçalves deu voto contrário à homologação da sentença, fazendo com que o placar passasse para 5 a 2. No entanto, a ministra Isabel Gallotti e os ministros Ricardo Villas Boas, Sebastião Reis - este, mesmo com ressalvas - acompanharam o relator, formando maioria para que Robinho cumpra pokerstars com pt pena de nove anos de prisão no Brasil.

O JULGAMENTO

Nesta quarta-feira, quem manifestou-se primeiro foi Carlos Nicodemos, advogado da União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que atua no caso como amicus curiae (amigo da corte), expressão latina utilizada para designar um terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em pokerstars com pt liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4 milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão

estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu pokerstars com pt sustentação defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou Nicodemos.

### ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO

José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu pokerstars com pt sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença."

### MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO

Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração. Após a decisão a favor da homologação, a maioria dos ministros decidiu que a execução da pena seja imediata e em pokerstars com pt regime fechado. A defesa de Robinho poderá recorrer ainda ao STJ e, depois, ao Supremo Tribunal Federal (STF). O quórum mínimo para a decisão era de sete dos 15 ministros que integram a Corte Especial porque faltaram à sessão a presidente do tribunal, Maria Thereza de Assis Moura, e João Otávio de Noronha. Para que Robinho cumprisse a pena no Brasil, era necessário que a maioria votasse a favor. O placar terminou em pokerstars com pt 9 a 2. Oito ministros acompanharam o relator e votaram a favor da transferência da pena para o Brasil. Apenas Benedito Gonçalves e Raúl Araújo discordaram do relator. O relator da ação é o ministro Francisco Falcão. Já o vice-presidente do Tribunal, ministro Og Fernandes, presidiu o julgamento e, por isso, daria seu voto somente em pokerstars com pt caso de empate, o que não foi necessário. O governo italiano não teve representantes no julgamento. Antes de os ministros darem seus votos, a defesa e o Ministério Público Federal tiveram 15 minutos cada para apresentar seus argumentos. A execução de sentença estrangeira no Brasil está prevista na Constituição Federal. O STJ apenas verificou aspectos formais da sentença, sem reexaminar o caso em pokerstars com pt si, como apontou o relator. O órgão examinou se quem proferiu a sentença do país de origem era competente, se a sentença transitou em pokerstars com pt julgado, isto é, não há mais recursos, e se a documentação está traduzida por um tradutor juramento para o português e consularizada.

### PLACAR TERMINOU EM 9 A 2 A FAVOR DA HOMOLOGAÇÃO

Relator da ação, Francisco Falcão foi o primeiro dos ministros do STJ a avaliar o caso na sessão. Ele rebateu os argumentos da defesa, avaliando que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e afirmou não ser possível que exista um novo julgamento do caso porque foi respeitado o rito processual na Itália. Além disso, Robinho não foi julgado à

revelia. Falcão salientou que, não sendo possível a extradição de Robinho para a Itália, resta que seja executada no Brasil a sentença condenatória dada pela Justiça italiana. Na pokerstars com pt avaliação, a não homologação da sentença significaria impunidade no caso. "É o mesmo que defender que não se pode cumprir compromissos assumidos pelo Brasil." Segundo a votar, o ministro Raul Araújo divergiu do relator. Depois de uma hora de sustentação, ele apresentou seu voto contra o pedido de homologação da pena no Brasil. Humberto Martins foi o terceiro a votar. Muito mais sucinto, ele acompanhou o relator "em gênero, número e grau" e votou para que Robinho cumpra a sentença no Brasil. "A violência contra a mulher é um problema global e complexo. Afeta mulheres todos os dias no Brasil e no planeta", justificou. Os ministros Herman Benjamin, Luís Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques fizeram uma sustentação rápida e também acompanharam o relator. O placar, então, passou para 5 a 1. "O Brasil não pode ser refúgio para criminosos", enfatizou o ministro Marques. Já Benedito Gonçalves deu voto contrário à homologação da sentença, fazendo com que o placar passasse para 5 a 2. No entanto, a ministra Isabel Gallotti e os ministros Ricardo Villas Boas, Sebastião Reis - este, mesmo com ressalvas - acompanharam o relator, formando maioria para que Robinho cumpra a pena de nove anos de prisão no Brasil.

### O JULGAMENTO

Nesta quarta-feira, quem manifestou-se primeiro foi Carlos Nicodemos, advogado da União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que atua no caso como *amicus curiae* (amigo da corte), expressão latina utilizada para designar um terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4 milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu a sustentação defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou Nicodemos.

### ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO

José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu a sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença."

### MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO

O Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime

grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando o julgamento com a declaração. Após a decisão a favor da homologação, a maioria dos ministros decidiu que a execução da pena seja imediata e em regime fechado. A defesa de Robinho poderá recorrer ainda ao STJ e, depois, ao Supremo Tribunal Federal (STF). O quórum mínimo para a decisão era de sete dos 15 ministros que integram a Corte Especial porque faltaram à sessão a presidente do tribunal, Maria Thereza de Assis Moura, e João Otávio de Noronha. Para que Robinho cumprisse a pena no Brasil, era necessário que a maioria votasse a favor. O placar terminou em 9 a 2. Oito ministros acompanharam o relator e votaram a favor da transferência da pena para o Brasil. Apenas Benedito Gonçalves e Raúl Araújo discordaram do relator. O relator da ação é o ministro Francisco Falcão. Já o vice-presidente do Tribunal, ministro Og Fernandes, presidiu o julgamento e, por isso, daria seu voto somente em caso de empate, o que não foi necessário. O governo italiano não teve representantes no julgamento. Antes de os ministros darem seus votos, a defesa e o Ministério Público Federal tiveram 15 minutos cada para apresentar seus argumentos. A execução de sentença estrangeira no Brasil está prevista na Constituição Federal. O STJ apenas verificou aspectos formais da sentença, sem reexaminar o caso em si, como apontou o relator. O órgão examinou se quem proferiu a sentença do país de origem era competente, se a sentença transitou em julgado, isto é, não há mais recursos, e se a documentação está traduzida por um tradutor juramentado para o português e consularizada.

### PLACAR TERMINOU EM 9 A 2 A FAVOR DA HOMOLOGAÇÃO

Relator da ação, Francisco Falcão foi o primeiro dos ministros do STJ a avaliar o caso na sessão. Ele rebateu os argumentos da defesa, avaliando que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e afirmou não ser possível que exista um novo julgamento do caso porque foi respeitado o rito processual na Itália. Além disso, Robinho não foi julgado à revelia. Falcão salientou que, não sendo possível a extradição de Robinho para a Itália, resta que seja executada no Brasil a sentença condenatória dada pela Justiça italiana. Na avaliação, a não homologação da sentença significaria impunidade no caso. "É o mesmo que defender que não se pode cumprir compromissos assumidos pelo Brasil." Segundo a votar, o ministro Raul Araújo divergiu do relator. Depois de uma hora de sustentação, ele apresentou seu voto contra o pedido de homologação da pena no Brasil. Humberto Martins foi o terceiro a votar. Muito mais sucinto, ele acompanhou o relator "em gênero, número e grau" e votou para que Robinho cumpra a sentença no Brasil. "A violência contra a mulher é um problema global e complexo. Afeta mulheres todos os dias no Brasil e no planeta", justificou. Os ministros Herman Benjamin, Luís Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques fizeram uma sustentação rápida e também acompanharam o relator. O placar, então, passou para 5 a 1. "O Brasil não pode ser refúgio para criminosos", enfatizou o ministro Marques. Já Benedito Gonçalves deu voto contrário à homologação da sentença, fazendo com que o placar passasse para 5 a 2. No entanto, a ministra Isabel Gallotti e os ministros Ricardo Villas Boas, Sebastião Reis - este, mesmo com ressalvas - acompanharam o relator, formando maioria para que Robinho cumpra a pena de nove anos de prisão no Brasil.

### O JULGAMENTO

Nesta quarta-feira, quem manifestou-se primeiro foi Carlos Nicodemos, advogado da União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que atua no caso como amicus curiae (amigo da corte), expressão latina utilizada para designar um terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4 milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu a sustentação defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e

que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou Nicodemos.

### ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO

José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu o processo em Portugal sustentando citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença."

### MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO

Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em Portugal que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional."

Hindemburgo leu parte do processo em Portugal que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em Portugal que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando o processo em Portugal declarando. O quórum mínimo para a decisão era de sete dos 15 ministros que integram a Corte Especial porque faltaram à sessão a presidente do tribunal, Maria Thereza de Assis Moura, e João Otávio de Noronha. Para que Robinho cumprisse a pena no Brasil, era necessário que a maioria votasse a favor. O placar terminou em Portugal 9 a 2. Oito ministros acompanharam o relator e votaram a favor da transferência da pena para o Brasil. Apenas Benedito Gonçalves e Raúl Araújo discordaram do relator. O relator da ação é o ministro Francisco Falcão. Já o vice-presidente do Tribunal, ministro Og Fernandes, presidiu o julgamento e, por isso, daria seu voto somente em Portugal caso de empate, o que não foi necessário. O governo italiano não teve representantes no julgamento. Antes de os ministros darem seus votos, a defesa e o Ministério Público Federal tiveram 15 minutos cada para apresentar seus argumentos. A execução de sentença estrangeira no Brasil está prevista na Constituição Federal. O STJ apenas verificou aspectos formais da sentença, sem reexaminar o caso em Portugal si, como apontou o relator. O órgão examinou se quem proferiu a sentença do país de origem era competente, se a sentença transitou em Portugal julgado, isto é, não há mais recursos, e se a documentação está traduzida por um tradutor juramento para o português e consularizada.

### PLACAR TERMINOU EM 9 A 2 A FAVOR DA HOMOLOGAÇÃO

Relator da ação, Francisco Falcão foi o primeiro dos ministros do STJ a avaliar o caso na sessão. Ele rebateu os argumentos da defesa, avaliando que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e afirmou não ser possível que exista um novo julgamento do caso porque foi respeitado o rito processual na Itália. Além disso, Robinho não foi julgado à revelia. Falcão salientou que, não sendo possível a extradição de Robinho para a Itália, resta que seja executada no Brasil a sentença condenatória dada pela Justiça italiana. Na avaliação, a não homologação da sentença significaria impunidade no caso. "É o mesmo que defender que não se pode cumprir compromissos assumidos pelo Brasil." Segundo a votação, o ministro Raúl Araújo divergiu do relator. Depois de uma hora de sustentação, ele apresentou seu voto contra o pedido de homologação da pena no

Brasil. Humberto Martins foi o terceiro a votar. Muito mais sucinto, ele acompanhou o relator "em gênero, número e grau" e votou para que Robinho cumpra a sentença no Brasil. "A violência contra a mulher é um problema global e complexo. Afeta mulheres todos os dias no Brasil e no planeta", justificou. Os ministros Herman Benjamin, Luís Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques fizeram uma sustentação rápida e também acompanharam o relator. O placar, então, passou para 5 a 1. "O Brasil não pode ser refúgio para criminosos", enfatizou o ministro Marques. Já Benedito Gonçalves deu voto contrário à homologação da sentença, fazendo com que o placar passasse para 5 a 2. No entanto, a ministra Isabel Gallotti e os ministros Ricardo Villas Boas, Sebastião Reis - este, mesmo com ressalvas - acompanharam o relator, formando maioria para que Robinho cumpra a pena de nove anos de prisão no Brasil.

**JULGAMENTO** Nesta quarta-feira, quem manifestou-se primeiro foi Carlos Nicodemos, advogado da União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que atua no caso como *amicus curiae* (amigo da corte), expressão latina utilizada para designar um terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4 milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu a sustentação defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou Nicodemos.

**ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO** José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu a sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença." **MPF**

**DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO** Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em português que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em português que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando a declaração.

O quórum mínimo para a decisão era de sete dos 15 ministros que integram a Corte Especial porque faltaram à sessão a presidente do tribunal, Maria Thereza de Assis Moura, e João Otávio de Noronha. Para que Robinho cumprisse a pena no Brasil, era necessário que a maioria

votasse a favor. O placar terminou em pokerstars com pt 9 a 2. Oito ministros acompanharam o relator e votaram a favor da transferência da pena para o Brasil. Apenas Benedito Gonçalves e Raúl Araújo discordaram do relator. O relator da ação é o ministro Francisco Falcão. Já o vice-presidente do Tribunal, ministro Og Fernandes, presidiu o julgamento e, por isso, daria seu voto somente em pokerstars com pt caso de empate, o que não foi necessário. O governo italiano não teve representantes no julgamento. Antes de os ministros darem seus votos, a defesa e o Ministério Público Federal tiveram 15 minutos cada para apresentar seus argumentos. A execução de sentença estrangeira no Brasil está prevista na Constituição Federal. O STJ apenas verificou aspectos formais da sentença, sem reexaminar o caso em pokerstars com pt si, como apontou o relator. O órgão examinou se quem proferiu a sentença do país de origem era competente, se a sentença transitou em pokerstars com pt julgado, isto é, não há mais recursos, e se a documentação está traduzida por um tradutor juramento para o português e consularizada.

### PLACAR TERMINOU EM 9 A 2 A FAVOR DA HOMOLOGAÇÃO

Relator da ação, Francisco Falcão foi o primeiro dos ministros do STJ a avaliar o caso na sessão. Ele rebateu os argumentos da defesa, avaliando que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e afirmou não ser possível que exista um novo julgamento do caso porque foi respeitado o rito processual na Itália. Além disso, Robinho não foi julgado à revelia. Falcão salientou que, não sendo possível a extradição de Robinho para a Itália, resta que seja executada no Brasil a sentença condenatória dada pela Justiça italiana. Na pokerstars com pt avaliação, a não homologação da sentença significaria impunidade no caso. "É o mesmo que defender que não se pode cumprir compromissos assumidos pelo Brasil." Segundo a votar, o ministro Raul Araújo divergiu do relator. Depois de uma hora de sustentação, ele apresentou seu voto contra o pedido de homologação da pena no Brasil. Humberto Martins foi o terceiro a votar. Muito mais sucinto, ele acompanhou o relator "em gênero, número e grau" e votou para que Robinho cumpra a sentença no Brasil. "A violência contra a mulher é um problema global e complexo. Afeta mulheres todos os dias no Brasil e no planeta", justificou. Os ministros Herman Benjamin, Luís Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques fizeram uma sustentação rápida e também acompanharam o relator. O placar, então, passou para 5 a 1. "O Brasil não pode ser refúgio para criminosos", enfatizou o ministro Marques. Já Benedito Gonçalves deu voto contrário à homologação da sentença, fazendo com que o placar passasse para 5 a 2. No entanto, a ministra Isabel Gallotti e os ministros Ricardo Villas Boas, Sebastião Reis - este, mesmo com ressalvas - acompanharam o relator, formando maioria para que Robinho cumpra pokerstars com pt pena de nove anos de prisão no Brasil.

### JULGAMENTO

Nesta quarta-feira, quem manifestou-se primeiro foi Carlos Nicodemos, advogado da União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que atua no caso como amicus curiae (amigo da corte), expressão latina utilizada para designar um terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em pokerstars com pt liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4 milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu pokerstars com pt sustentação defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou Nicodemos.

### ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO

José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu pokerstars com pt sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um



direito de todo cidadão brasileiro."A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença."MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO O Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho."Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional."Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima."Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração.

O relator da ação é o ministro Francisco Falcão. Já o vice-presidente do Tribunal, ministro Og Fernandes, presidiu o julgamento e, por isso, daria seu voto somente em pokerstars com pt caso de empate, o que não foi necessário. O governo italiano não teve representantes no julgamento. Antes de os ministros darem seus votos, a defesa e o Ministério Público Federal tiveram 15 minutos cada para apresentar seus argumentos.A execução de sentença estrangeira no Brasil está prevista na Constituição Federal. O STJ apenas verificou aspectos formais da sentença, sem reexaminar o caso em pokerstars com pt si, como apontou o relator. O órgão examinou se quem proferiu a sentença do país de origem era competente, se a sentença transitou em pokerstars com pt julgado, isto é, não há mais recursos, e se a documentação está traduzida por um tradutor juramento para o português e consularizada.PLACAR TERMINOU EM 9 A 2 A FAVOR DA HOMOLOGAÇÃORelator da ação, Francisco Falcão foi o primeiro dos ministros do STJ a avaliar o caso na sessão. Ele rebateu os argumentos da defesa, avaliando que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e afirmou não ser possível que exista um novo julgamento do caso porque foi respeitado o rito processual na Itália. Além disso, Robinho não foi julgado à revelia.Falcão salientou que, não sendo possível a extradição de Robinho para a Itália, resta que seja executada no Brasil a sentença condenatória dada pela Justiça italiana. Na pokerstars com pt avaliação, a não homologação da sentença significaria impunidade no caso. "É o mesmo que defender que não se pode cumprir compromissos assumidos pelo Brasil."Segundo a votar, o ministro Raul Araújo divergiu do relator. Depois de uma hora de sustentação, ele apresentou seu voto contra o pedido de homologação da pena no Brasil.Humberto Martins foi o terceiro a votar. Muito mais sucinto, ele acompanhou o relator "em gênero, número e grau" e votou para que Robinho cumpra a sentença no Brasil. "A violência contra a mulher é um problema global e complexo. Afeta mulheres todos os dias no Brasil e no planeta", justificou.Os ministros Herman Benjamin, Luís Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques fizeram uma sustentação rápida e também acompanharam o relator. O placar, então, passou para 5 a 1. "O Brasil não pode ser refúgio para criminosos", enfatizou o ministro Marques. Já Benedito Gonçalves deu voto contrário à homologação da sentença, fazendo com que o placar passasse para 5 a 2.No entanto, a ministra Isabel Gallotti e os ministros Ricardo Villas Boas, Sebastião Reis - este, mesmo com ressalvas - acompanharam o relator, formando maioria para que Robinho cumpra pokerstars com pt pena de nove anos de prisão no Brasil.O JULGAMENTO Nesta quarta-feira, quem manifestou-se primeiro foi Carlos Nicodemos, advogado da União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que atua no caso como amicus curiae (amigo da corte), expressão latina utilizada para designar um terceiro

que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em pokerstars com pt liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4 milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu pokerstars com pt sustentação defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou Nicodemos.

### ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO

José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu pokerstars com pt sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença."

### MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO

Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração. O relator da ação é o ministro Francisco Falcão. Já o vice-presidente do Tribunal, ministro Og Fernandes, presidiu o julgamento e, por isso, daria seu voto somente em pokerstars com pt caso de empate, o que não foi necessário. O governo italiano não teve representantes no julgamento. Antes de os ministros darem seus votos, a defesa e o Ministério Público Federal tiveram 15 minutos cada para apresentar seus argumentos. A execução de sentença estrangeira no Brasil está prevista na Constituição Federal. O STJ apenas verificou aspectos formais da sentença, sem reexaminar o caso em pokerstars com pt si, como apontou o relator. O órgão examinou se quem proferiu a sentença do país de origem era competente, se a sentença transitou em pokerstars com pt julgado, isto é, não há mais recursos, e se a documentação está traduzida por um tradutor juramento para o português e consularizada.

### PLACAR TERMINOU EM 9 A 2 A FAVOR DA HOMOLOGAÇÃO

Relator da ação, Francisco Falcão foi o primeiro dos ministros do STJ a avaliar o caso na sessão. Ele rebateu os argumentos da defesa, avaliando que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e afirmou não ser possível que exista um novo julgamento do caso porque foi respeitado o rito processual na Itália. Além disso, Robinho não foi julgado à revelia. Falcão salientou que, não sendo possível a extradição de Robinho para a Itália, resta que seja executada no Brasil a

sentença condenatória dada pela Justiça italiana. Na pokerstars com pt avaliação, a não homologação da sentença significaria impunidade no caso. "É o mesmo que defender que não se pode cumprir compromissos assumidos pelo Brasil." Segundo a votar, o ministro Raul Araújo divergiu do relator. Depois de uma hora de sustentação, ele apresentou seu voto contra o pedido de homologação da pena no Brasil. Humberto Martins foi o terceiro a votar. Muito mais sucinto, ele acompanhou o relator "em gênero, número e grau" e votou para que Robinho cumpra a sentença no Brasil. "A violência contra a mulher é um problema global e complexo. Afeta mulheres todos os dias no Brasil e no planeta", justificou. Os ministros Herman Benjamin, Luís Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques fizeram uma sustentação rápida e também acompanharam o relator. O placar, então, passou para 5 a 1. "O Brasil não pode ser refúgio para criminosos", enfatizou o ministro Marques. Já Benedito Gonçalves deu voto contrário à homologação da sentença, fazendo com que o placar passasse para 5 a 2. No entanto, a ministra Isabel Gallotti e os ministros Ricardo Villas Boas, Sebastião Reis - este, mesmo com ressalvas - acompanharam o relator, formando maioria para que Robinho cumpra a pena de nove anos de prisão no Brasil.

**JULGAMENTO** Nesta quarta-feira, quem manifestou-se primeiro foi Carlos Nicodemos, advogado da União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que atua no caso como *amicus curiae* (amigo da corte), expressão latina utilizada para designar um terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4 milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu a sustentação defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou Nicodemos.

**ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO** José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu a sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença."

**MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO** Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá

impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração.

A execução de sentença estrangeira no Brasil está prevista na Constituição Federal. O STJ apenas verificou aspectos formais da sentença, sem reexaminar o caso em pokerstars com pt si, como apontou o relator. O órgão examinou se quem proferiu a sentença do país de origem era competente, se a sentença transitou em pokerstars com pt julgado, isto é, não há mais recursos, e se a documentação está traduzida por um tradutor juramento para o português e consularizada. PLACAR TERMINOU EM 9 A 2 A FAVOR DA HOMOLOGAÇÃO Relator da ação, Francisco Falcão foi o primeiro dos ministros do STJ a avaliar o caso na sessão. Ele rebateu os argumentos da defesa, avaliando que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e afirmou não ser possível que exista um novo julgamento do caso porque foi respeitado o rito processual na Itália. Além disso, Robinho não foi julgado à revelia. Falcão salientou que, não sendo possível a extradição de Robinho para a Itália, resta que seja executada no Brasil a sentença condenatória dada pela Justiça italiana. Na pokerstars com pt avaliação, a não homologação da sentença significaria impunidade no caso. "É o mesmo que defender que não se pode cumprir compromissos assumidos pelo Brasil." Segundo a votar, o ministro Raul Araújo divergiu do relator. Depois de uma hora de sustentação, ele apresentou seu voto contra o pedido de homologação da pena no Brasil. Humberto Martins foi o terceiro a votar. Muito mais sucinto, ele acompanhou o relator "em gênero, número e grau" e votou para que Robinho cumpra a sentença no Brasil. "A violência contra a mulher é um problema global e complexo. Afeta mulheres todos os dias no Brasil e no planeta", justificou. Os ministros Herman Benjamin, Luís Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques fizeram uma sustentação rápida e também acompanharam o relator. O placar, então, passou para 5 a 1. "O Brasil não pode ser refúgio para criminosos", enfatizou o ministro Marques. Já Benedito Gonçalves deu voto contrário à homologação da sentença, fazendo com que o placar passasse para 5 a 2. No entanto, a ministra Isabel Gallotti e os ministros Ricardo Villas Boas, Sebastião Reis - este, mesmo com ressalvas - acompanharam o relator, formando maioria para que Robinho cumpra pokerstars com pt pena de nove anos de prisão no Brasil. O

JULGAMENTO Nesta quarta-feira, quem manifestou-se primeiro foi Carlos Nicodemos, advogado da União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que atua no caso como amicus curiae (amigo da corte), expressão latina utilizada para designar um terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em pokerstars com pt liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4 milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu pokerstars com pt sustentação defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou

Nicodemos. ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu pokerstars com pt sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença." MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO Ministério Público Federal (MPF), representado pelo

procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração.

A execução de sentença estrangeira no Brasil está prevista na Constituição Federal. O STJ apenas verificou aspectos formais da sentença, sem reexaminar o caso em pokerstars com pt si, como apontou o relator. O órgão examinou se quem proferiu a sentença do país de origem era competente, se a sentença transitou em pokerstars com pt julgado, isto é, não há mais recursos, e se a documentação está traduzida por um tradutor juramento para o português e consularizada. PLACAR TERMINOU EM 9 A 2 A FAVOR DA HOMOLOGAÇÃO

Relator da ação, Francisco Falcão foi o primeiro dos ministros do STJ a avaliar o caso na sessão. Ele rebateu os argumentos da defesa, avaliando que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e afirmou não ser possível que exista um novo julgamento do caso porque foi respeitado o rito processual na Itália. Além disso, Robinho não foi julgado à revelia. Falcão salientou que, não sendo possível a extradição de Robinho para a Itália, resta que seja executada no Brasil a sentença condenatória dada pela Justiça italiana. Na pokerstars com pt avaliação, a não homologação da sentença significaria impunidade no caso. "É o mesmo que defender que não se pode cumprir compromissos assumidos pelo Brasil." Segundo a votar, o ministro Raul Araújo divergiu do relator. Depois de uma hora de sustentação, ele apresentou seu voto contra o pedido de homologação da pena no Brasil. Humberto Martins foi o terceiro a votar. Muito mais sucinto, ele acompanhou o relator "em gênero, número e grau" e votou para que Robinho cumpra a sentença no Brasil. "A violência contra a mulher é um problema global e complexo. Afeta mulheres todos os dias no Brasil e no planeta", justificou. Os ministros Herman Benjamin, Luís Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques fizeram uma sustentação rápida e também acompanharam o relator. O placar, então, passou para 5 a 1. "O Brasil não pode ser refúgio para criminosos", enfatizou o ministro Marques. Já Benedito Gonçalves deu voto contrário à homologação da sentença, fazendo com que o placar passasse para 5 a 2. No entanto, a ministra Isabel Gallotti e os ministros Ricardo Villas Boas, Sebastião Reis - este, mesmo com ressalvas - acompanharam o relator, formando maioria para que Robinho cumpra pokerstars com pt pena de nove anos de prisão no Brasil.

O JULGAMENTO

Nesta quarta-feira, quem manifestou-se primeiro foi Carlos Nicodemos, advogado da União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que atua no caso como amicus curiae (amigo da corte), expressão latina utilizada para designar um terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em pokerstars com pt liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4 milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu pokerstars com pt sustentação defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se

normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou Nicodemos.

### ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO

José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu o processo de sustentações citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença."

### MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO

Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em que o atleta ri e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando o processo de sustentações.

### PLACAR TERMINOU EM 9 A 2 A FAVOR DA HOMOLOGAÇÃO

Relator da ação, Francisco Falcão foi o primeiro dos ministros do STJ a avaliar o caso na sessão. Ele rebateu os argumentos da defesa, avaliando que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e afirmou não ser possível que exista um novo julgamento do caso porque foi respeitado o rito processual na Itália. Além disso, Robinho não foi julgado à revelia. Falcão salientou que, não sendo possível a extradição de Robinho para a Itália, resta que seja executada no Brasil a sentença condenatória dada pela Justiça italiana. Na avaliação, a não homologação da sentença significaria impunidade no caso. "É o mesmo que defender que não se pode cumprir compromissos assumidos pelo Brasil." Segundo a votar, o ministro Raul Araújo divergiu do relator. Depois de uma hora de sustentação, ele apresentou seu voto contra o pedido de homologação da pena no Brasil. Humberto Martins foi o terceiro a votar. Muito mais sucinto, ele acompanhou o relator "em gênero, número e grau" e votou para que Robinho cumpra a sentença no Brasil. "A violência contra a mulher é um problema global e complexo. Afeta mulheres todos os dias no Brasil e no planeta", justificou. Os ministros Herman Benjamin, Luís Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques fizeram uma sustentação rápida e também acompanharam o relator. O placar, então, passou para 5 a 1. "O Brasil não pode ser refúgio para criminosos", enfatizou o ministro Marques. Já Benedito Gonçalves deu voto contrário à homologação da sentença, fazendo com que o placar passasse para 5 a 2. No entanto, a ministra Isabel Gallotti e os ministros Ricardo Villas Boas, Sebastião Reis - este, mesmo com ressalvas - acompanharam o relator, formando maioria para que Robinho cumpra a pena de nove anos de prisão no Brasil.

### JULGAMENTO

Nesta quarta-feira, quem se manifestou primeiro foi Carlos Nicodemos, advogado da União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que atua no caso como *amicus curiae* (amigo da corte), expressão latina utilizada para designar um terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a

decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em pokerstars com pt liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4 milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu pokerstars com pt sustentação defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou Nicodemos.

### ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO

José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu pokerstars com pt sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença." MPF

### DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO

Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rejeitou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração.

### PLACAR TERMINOU EM 9 A 2 A FAVOR DA HOMOLOGAÇÃO

Relator da ação, Francisco Falcão foi o primeiro dos ministros do STJ a avaliar o caso na sessão. Ele rebateu os argumentos da defesa, avaliando que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e afirmou não ser possível que exista um novo julgamento do caso porque foi respeitado o rito processual na Itália. Além disso, Robinho não foi julgado à revelia. Falcão salientou que, não sendo possível a extradição de Robinho para a Itália, resta que seja executada no Brasil a sentença condenatória dada pela Justiça italiana. Na pokerstars com pt avaliação, a não homologação da sentença significaria impunidade no caso. "É o mesmo que defender que não se pode cumprir compromissos assumidos pelo Brasil." Segundo a votar, o ministro Raul Araújo divergiu do relator. Depois de uma hora de sustentação, ele apresentou seu voto contra o pedido de homologação da pena no Brasil. Humberto Martins foi o terceiro a votar. Muito mais sucinto, ele acompanhou o relator "em gênero, número e grau" e votou para que Robinho cumpra a sentença no Brasil. "A violência contra a mulher é um problema global e complexo. Afeta mulheres todos os dias no Brasil e no planeta", justificou. Os ministros Herman Benjamin, Luís Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques fizeram uma sustentação rápida e também acompanharam o relator. O placar, então, passou para 5 a 1. "O Brasil não pode ser refúgio para criminosos", enfatizou o ministro Marques. Já Benedito Gonçalves deu voto contrário à homologação da sentença, fazendo com que o

placar passasse para 5 a 2.No entanto, a ministra Isabel Gallotti e os ministros Ricardo Villas Boas, Sebastião Reis - este, mesmo com ressalvas - acompanharam o relator, formando maioria para que Robinho cumpra a pena de nove anos de prisão no Brasil.

**JULGAMENTO** Nesta quarta-feira, quem manifestou-se primeiro foi Carlos Nicodemos, advogado da União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que atua no caso como *amicus curiae* (amigo da corte), expressão latina utilizada para designar um terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4 milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu sustentando o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou Nicodemos.

**ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO** José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença." **MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO** Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em que o atleta ri e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando a sustentação.

Relator da ação, Francisco Falcão foi o primeiro dos ministros do STJ a avaliar o caso na sessão. Ele rebateu os argumentos da defesa, avaliando que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e afirmou não ser possível que exista um novo julgamento do caso porque foi respeitado o rito processual na Itália. Além disso, Robinho não foi julgado à revelia. Falcão salientou que, não sendo possível a extradição de Robinho para a Itália, resta que seja executada no Brasil a sentença condenatória dada pela Justiça italiana. Na avaliação, a não homologação da sentença significaria impunidade no caso. "É o mesmo que defender que não se pode cumprir compromissos assumidos pelo Brasil." Segundo a votar, o ministro Raul Araújo divergiu do relator. Depois de uma hora de sustentação, ele apresentou seu voto contra o pedido de homologação da pena no



Brasil. Humberto Martins foi o terceiro a votar. Muito mais sucinto, ele acompanhou o relator "em gênero, número e grau" e votou para que Robinho cumpra a sentença no Brasil. "A violência contra a mulher é um problema global e complexo. Afeta mulheres todos os dias no Brasil e no planeta", justificou. Os ministros Herman Benjamin, Luís Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques fizeram uma sustentação rápida e também acompanharam o relator. O placar, então, passou para 5 a 1. "O Brasil não pode ser refúgio para criminosos", enfatizou o ministro Marques. Já Benedito Gonçalves deu voto contrário à homologação da sentença, fazendo com que o placar passasse para 5 a 2. No entanto, a ministra Isabel Gallotti e os ministros Ricardo Villas Boas, Sebastião Reis - este, mesmo com ressalvas - acompanharam o relator, formando maioria para que Robinho cumpra a pena de nove anos de prisão no Brasil.

**JULGAMENTO** Nesta quarta-feira, quem manifestou-se primeiro foi Carlos Nicodemos, advogado da União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que atua no caso como *amicus curiae* (amigo da corte), expressão latina utilizada para designar um terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4 milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu sustentando defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou Nicodemos.

**ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO** José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença." **MPF**

**DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO** Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em que o atleta ri e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando a declaração.

Falcão salientou que, não sendo possível a extradição de Robinho para a Itália, resta que seja executada no Brasil a sentença condenatória dada pela Justiça italiana. Na avaliação, a não homologação da sentença significaria impunidade no caso. "É o mesmo que

defender que não se pode cumprir compromissos assumidos pelo Brasil."Segundo a votar, o ministro Raul Araújo divergiu do relator. Depois de uma hora de sustentação, ele apresentou seu voto contra o pedido de homologação da pena no Brasil. Humberto Martins foi o terceiro a votar. Muito mais sucinto, ele acompanhou o relator "em gênero, número e grau" e votou para que Robinho cumpra a sentença no Brasil. "A violência contra a mulher é um problema global e complexo. Afeta mulheres todos os dias no Brasil e no planeta", justificou. Os ministros Herman Benjamin, Luís Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques fizeram uma sustentação rápida e também acompanharam o relator. O placar, então, passou para 5 a 1. "O Brasil não pode ser refúgio para criminosos", enfatizou o ministro Marques. Já Benedito Gonçalves deu voto contrário à homologação da sentença, fazendo com que o placar passasse para 5 a 2. No entanto, a ministra Isabel Gallotti e os ministros Ricardo Villas Boas, Sebastião Reis - este, mesmo com ressalvas - acompanharam o relator, formando maioria para que Robinho cumpra a pena de nove anos de prisão no Brasil.

### O JULGAMENTO

Nesta quarta-feira, quem manifestou-se primeiro foi Carlos Nicodemos, advogado da União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que atua no caso como *amicus curiae* (amigo da corte), expressão latina utilizada para designar um terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4 milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu a sustentação defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou Nicodemos.

### ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO

José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu a sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença."

### MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO

Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em português que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigas interceptadas pelas autoridades italianas em português que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando a declaração. Falcão salientou que, não sendo possível a extradição de Robinho para a Itália, resta que seja

executada no Brasil a sentença condenatória dada pela Justiça italiana. Na pokerstars com pt avaliação, a não homologação da sentença significaria impunidade no caso. "É o mesmo que defender que não se pode cumprir compromissos assumidos pelo Brasil." Segundo a votar, o ministro Raul Araújo divergiu do relator. Depois de uma hora de sustentação, ele apresentou seu voto contra o pedido de homologação da pena no Brasil. Humberto Martins foi o terceiro a votar. Muito mais sucinto, ele acompanhou o relator "em gênero, número e grau" e votou para que Robinho cumpra a sentença no Brasil. "A violência contra a mulher é um problema global e complexo. Afeta mulheres todos os dias no Brasil e no planeta", justificou. Os ministros Herman Benjamin, Luís Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques fizeram uma sustentação rápida e também acompanharam o relator. O placar, então, passou para 5 a 1. "O Brasil não pode ser refúgio para criminosos", enfatizou o ministro Marques. Já Benedito Gonçalves deu voto contrário à homologação da sentença, fazendo com que o placar passasse para 5 a 2. No entanto, a ministra Isabel Gallotti e os ministros Ricardo Villas Boas, Sebastião Reis - este, mesmo com ressalvas - acompanharam o relator, formando maioria para que Robinho cumpra a pena de nove anos de prisão no Brasil.

### O JULGAMENTO

Nesta quarta-feira, quem manifestou-se primeiro foi Carlos Nicodemos, advogado da União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que atua no caso como *amicus curiae* (amigo da corte), expressão latina utilizada para designar um terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4 milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu a sustentação defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou Nicodemos.

### ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO

José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu a sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença."

### MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO

Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra

forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração. Segundo a votar, o ministro Raul Araújo divergiu do relator. Depois de uma hora de sustentação, ele apresentou seu voto contra o pedido de homologação da pena no Brasil. Humberto Martins foi o terceiro a votar. Muito mais sucinto, ele acompanhou o relator "em gênero, número e grau" e votou para que Robinho cumpra a sentença no Brasil. "A violência contra a mulher é um problema global e complexo. Afeta mulheres todos os dias no Brasil e no planeta", justificou. Os ministros Herman Benjamin, Luís Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques fizeram uma sustentação rápida e também acompanharam o relator. O placar, então, passou para 5 a 1. "O Brasil não pode ser refúgio para criminosos", enfatizou o ministro Marques. Já Benedito Gonçalves deu voto contrário à homologação da sentença, fazendo com que o placar passasse para 5 a 2. No entanto, a ministra Isabel Gallotti e os ministros Ricardo Villas Boas, Sebastião Reis - este, mesmo com ressalvas - acompanharam o relator, formando maioria para que Robinho cumpra pokerstars com pt pena de nove anos de prisão no Brasil.

**O JULGAMENTO** Nesta quarta-feira, quem manifestou-se primeiro foi Carlos Nicodemos, advogado da União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que atua no caso como amicus curiae (amigo da corte), expressão latina utilizada para designar um terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em pokerstars com pt liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4 milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu pokerstars com pt sustentação defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou Nicodemos.

**ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO** José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu pokerstars com pt sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença."

**MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO** Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional."

Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração. Segundo a votar, o ministro Raul Araújo divergiu do relator. Depois de uma hora de sustentação,

ele apresentou seu voto contra o pedido de homologação da pena no Brasil. Humberto Martins foi o terceiro a votar. Muito mais sucinto, ele acompanhou o relator "em gênero, número e grau" e votou para que Robinho cumpra a sentença no Brasil. "A violência contra a mulher é um problema global e complexo. Afeta mulheres todos os dias no Brasil e no planeta", justificou. Os ministros Herman Benjamin, Luís Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques fizeram uma sustentação rápida e também acompanharam o relator. O placar, então, passou para 5 a 1. "O Brasil não pode ser refúgio para criminosos", enfatizou o ministro Marques. Já Benedito Gonçalves deu voto contrário à homologação da sentença, fazendo com que o placar passasse para 5 a 2. No entanto, a ministra Isabel Gallotti e os ministros Ricardo Villas Boas, Sebastião Reis - este, mesmo com ressalvas - acompanharam o relator, formando maioria para que Robinho cumpra a pena de nove anos de prisão no Brasil.

**JULGAMENTO** Nesta quarta-feira, quem manifestou-se primeiro foi Carlos Nicodemos, advogado da União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que atua no caso como *amicus curiae* (amigo da corte), expressão latina utilizada para designar um terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4 milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu sustentando o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou Nicodemos.

**ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO** José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença." MPF

**DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO** Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando a declaração.

Humberto Martins foi o terceiro a votar. Muito mais sucinto, ele acompanhou o relator "em gênero, número e grau" e votou para que Robinho cumpra a sentença no Brasil. "A violência

contra a mulher é um problema global e complexo. Afeta mulheres todos os dias no Brasil e no planeta", justificou. Os ministros Herman Benjamin, Luís Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques fizeram uma sustentação rápida e também acompanharam o relator. O placar, então, passou para 5 a 1. "O Brasil não pode ser refúgio para criminosos", enfatizou o ministro Marques. Já Benedito Gonçalves deu voto contrário à homologação da sentença, fazendo com que o placar passasse para 5 a 2. No entanto, a ministra Isabel Gallotti e os ministros Ricardo Villas Boas, Sebastião Reis - este, mesmo com ressalvas - acompanharam o relator, formando maioria para que Robinho cumpra a pena de nove anos de prisão no Brasil.

**JULGAMENTO** Nesta quarta-feira, quem manifestou-se primeiro foi Carlos Nicodemos, advogado da União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que atua no caso como *amicus curiae* (amigo da corte), expressão latina utilizada para designar um terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4 milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu sustentando o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou

**ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO** José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença." **MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO** Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em que o atleta ri e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando a sustentação.

Humberto Martins foi o terceiro a votar. Muito mais sucinto, ele acompanhou o relator "em gênero, número e grau" e votou para que Robinho cumpra a sentença no Brasil. "A violência contra a mulher é um problema global e complexo. Afeta mulheres todos os dias no Brasil e no planeta", justificou. Os ministros Herman Benjamin, Luís Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques fizeram uma sustentação rápida e também acompanharam o relator. O placar, então,

passou para 5 a 1. "O Brasil não pode ser refúgio para criminosos", enfatizou o ministro Marques. Já Benedito Gonçalves deu voto contrário à homologação da sentença, fazendo com que o placar passasse para 5 a 2. No entanto, a ministra Isabel Gallotti e os ministros Ricardo Villas Boas, Sebastião Reis - este, mesmo com ressalvas - acompanharam o relator, formando maioria para que Robinho cumpra pena de nove anos de prisão no Brasil.

**JULGAMENTO** Nesta quarta-feira, quem manifestou-se primeiro foi Carlos Nicodemos, advogado da União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que atua no caso como amicus curiae (amigo da corte), expressão latina utilizada para designar um terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4 milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizador", disse. Ele concluiu sustentando o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou

**ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO** José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença." **MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO** Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando a sustentação.

Os ministros Herman Benjamin, Luís Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques fizeram uma sustentação rápida e também acompanharam o relator. O placar, então, passou para 5 a 1. "O Brasil não pode ser refúgio para criminosos", enfatizou o ministro Marques. Já Benedito Gonçalves deu voto contrário à homologação da sentença, fazendo com que o placar passasse para 5 a 2. No entanto, a ministra Isabel Gallotti e os ministros Ricardo Villas Boas, Sebastião Reis - este, mesmo com ressalvas - acompanharam o relator, formando maioria para que Robinho cumpra pena de nove anos de prisão no Brasil.

**JULGAMENTO** Nesta quarta-feira, quem manifestou-se primeiro foi Carlos Nicodemos, advogado

da União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que atua no caso como *amicus curiae* (amigo da corte), expressão latina utilizada para designar um terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4 milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu sustentando defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou

**ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO** José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença." **MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO** Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando a declaração.

Os ministros Herman Benjamin, Luís Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques fizeram uma sustentação rápida e também acompanharam o relator. O placar, então, passou para 5 a 1. "O Brasil não pode ser refúgio para criminosos", enfatizou o ministro Marques. Já Benedito Gonçalves deu voto contrário à homologação da sentença, fazendo com que o placar passasse para 5 a 2. No entanto, a ministra Isabel Gallotti e os ministros Ricardo Villas Boas, Sebastião Reis - este, mesmo com ressalvas - acompanharam o relator, formando maioria para que Robinho cumpra pena de nove anos de prisão no Brasil.

**JULGAMENTO** Nesta quarta-feira, quem manifestou-se primeiro foi Carlos Nicodemos, advogado da União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que atua no caso como *amicus curiae* (amigo da corte), expressão latina utilizada para designar um terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4



milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu pokerstars com pt sustentação defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou Nicodemos.

**ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO** José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu pokerstars com pt sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença."

**MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO** Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração.

No entanto, a ministra Isabel Gallotti e os ministros Ricardo Villas Boas, Sebastião Reis - este, mesmo com ressalvas - acompanharam o relator, formando maioria para que Robinho cumpra pokerstars com pt pena de nove anos de prisão no Brasil.

**O JULGAMENTO** Nesta quarta-feira, quem manifestou-se primeiro foi Carlos Nicodemos, advogado da União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que atua no caso como amicus curiae (amigo da corte), expressão latina utilizada para designar um terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em pokerstars com pt liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4 milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu pokerstars com pt sustentação defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou Nicodemos.

**ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO** José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu pokerstars com pt sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É

no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença." **MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO** Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração. No entanto, a ministra Isabel Gallotti e os ministros Ricardo Villas Boas, Sebastião Reis - este, mesmo com ressalvas - acompanharam o relator, formando maioria para que Robinho cumpra pokerstars com pt pena de nove anos de prisão no Brasil. **O JULGAMENTO** Nesta quarta-feira, quem manifestou-se primeiro foi Carlos Nicodemos, advogado da União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que atua no caso como amicus curiae (amigo da corte), expressão latina utilizada para designar um terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em pokerstars com pt liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4 milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu pokerstars com pt sustentação defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou Nicodemos. **ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO** José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu pokerstars com pt sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença." **MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO** Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os

requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração.

O JULGAMENTO Nesta quarta-feira, quem manifestou-se primeiro foi Carlos Nicodemos, advogado da União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que atua no caso como *amicus curiae* (amigo da corte), expressão latina utilizada para designar um terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em pokerstars com pt liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4 milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu pokerstars com pt sustentação defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou Nicodemos.

ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu pokerstars com pt sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença." MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO O Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração.

O JULGAMENTO Nesta quarta-feira, quem manifestou-se primeiro foi Carlos Nicodemos, advogado da União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que atua no caso como *amicus*

curiae (amigo da corte), expressão latina utilizada para designar um terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em pokerstars com pt liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4 milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu pokerstars com pt sustentação defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou Nicodemos.

#### ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO

José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu pokerstars com pt sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença." MPF

#### DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO

Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração.

Nesta quarta-feira, quem manifestou-se primeiro foi Carlos Nicodemos, advogado da União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que atua no caso como amicus curiae (amigo da corte), expressão latina utilizada para designar um terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em pokerstars com pt liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4 milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu pokerstars com pt sustentação defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou

Nicodemos. ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu pokerstars com pt sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença." MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração.

Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em pokerstars com pt liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4 milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu pokerstars com pt sustentação defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou Nicodemos. ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu pokerstars com pt sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença." MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido

processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração. Nicodemos mencionou o alto número de casos de estupros no Brasil para se posicionar a favor do cumprimento da pena no País e citou a decisão da Justiça espanhola de permitir que Daniel Alves, brasileiro condenado por estupro na Espanha, responda em pokerstars com pt liberdade após pagar uma fiança de R\$ 5,4 milhões. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu pokerstars com pt sustentação defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou Nicodemos.

#### ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO

José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu pokerstars com pt sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença." MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO

Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração. "Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu pokerstars com pt sustentação defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou Nicodemos.

#### ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO

José Eduardo Rangel De

Alckmin, advogado de Robinho, abriu pokerstars com pt sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença." MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração.

"Não estamos falando de um ineditismo, estamos falando de algo que se aplica na jurisdição brasileira. Do lugar que ocupo, como advogado do amigo da corte, é preciso entender que o procedimento de homologação de uma decisão estrangeira é o reconhecimento de premissas do estado civilizatório", disse. Ele concluiu pokerstars com pt sustentação defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou

Nicodemos. ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu pokerstars com pt sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença." MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas

telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima."Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração.

Ele concluiu pokerstars com pt sustentação defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou Nicodemos. ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu pokerstars com pt sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença." MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração.

Ele concluiu pokerstars com pt sustentação defendendo o cumprimento da pena. "Termino trazendo a consideração da necessidade de se entender que todas as garantias individuais foram dadas e que se trata de direitos humanos das mulheres, num quadro que se normaliza e se banaliza o estupro e a violência contra elas. Há a necessidade de o Estado dar respostas, e sei que vamos encontrar essa resposta aqui", afirmou Nicodemos. ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu pokerstars com pt sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença." MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja



transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração.

**ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO** José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu pokerstars com pt sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin.

"Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença." **MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO** Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração.

**ARGUMENTAÇÃO DO ADVOGADO DE ROBINHO** José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu pokerstars com pt sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin.

"Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro." A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença." **MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESO** Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse

contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional."Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima."Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração.

José Eduardo Rangel De Alckmin, advogado de Robinho, abriu pokerstars com pt sustentação citando a Constituição e argumentando que Robinho deve ser julgado no Brasil. "É no Brasil que o processo deve correr", afirmou Alckmin. "Insisto que isso não representa, de forma alguma, impunidade. Ele terá o direito de ser processado no Brasil e aqui responder pelos atos que lhe são imputados. É um direito de todo cidadão brasileiro."A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença."MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESOO Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho."Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional."Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima."Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração.

A defesa do atleta também disse que a compreensão exata do processo na Itália "ficou um

pouco truncada". "A ideia de que o grupo acusado teria induzido a vítima a beber para se aproveitar dela. Mas na condenação se fala outro fato, o constrangimento, quando a pessoa está sem capacidade de reagir. Muda-se o fato. Eu não vou dizer que houve prejuízo por não estar todo o processo presente, mas há este dado registrado na sentença."MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESOO Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho."Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional."Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima."Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração.

MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESOO Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho."Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional."Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima."Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração.

MPF DEFENDE QUE ROBINHO SEJA PRESOO Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e rechaçou os argumentos da defesa de Robinho."Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional."Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima."Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração.

O Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, foi a última parte a se manifestar. O MPF, que já havia apresentado parecer defendendo a homologação da pena, reforçou seu posicionamento ao dizer que foram cumpridos todos os requisitos legais para que a execução penal de Robinho seja transferida para o Brasil e

rechaçou os argumentos da defesa de Robinho. "Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração.

"Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração.

"Não há prova alguma de que a sentença proferida pela Justiça italiana tenha desrespeitado os direitos do condenado ou que não foi respeitado o devido processo legal", sustentou. "Lembro que, nesse contexto, as normas do país estrangeiro não têm que ser as mesmas do país em pokerstars com pt que se executa a decisão. É uma regra elementar da cooperação internacional." Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração.

Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração.

Hindemburgo leu parte do processo em pokerstars com pt que cita os acontecimentos que resultaram na condenação de Robinho por estupro e reproduziu conversas telefônicas entre Robinho e amigos interceptadas pelas autoridades italianas em pokerstars com pt que o atleta riu e debochou da vítima. "Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração.

"Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração.

"Reconhecer um crime grave, de um brasileiro regularmente julgado por um país que não paira dúvidas e que de outra forma permanecerá impune", afirmou o procurador, encerrando pokerstars com pt declaração.

STJ tem maioria e decreta prisão imediata de Robinho no Brasil por estupro  
Robinho terá tempo de sobra para pensar no que fez

Robinho já será preso? Quais os próximos passos após STJ confirmar prisão

Guilherme Giovannoni retorna ao EC Pinheiros e se torna o novo técnico do time sub-20 de

basquete

Leila Pereira assiste ao Fim de Papo e manda recado para Renato Maurício Prado: "troféu limão"

Julgamento de Robinho: STJ decide que jogador cumpra pena por estupro no Brasil

Prisão de Robinho é primeiro passo para lei contra estupro ser mais rígida

Soteldo retorna, e Grêmio inicia treinamentos visando jogo de volta pela semifinal do Gaúcho

São Paulo se reapresenta após queda no Paulistão já mirando estreia e revanche na

Libertadores

Corinthians x América-MG: prováveis escalações e onde assistir ao jogo do Brasileiro feminino

Santos vira diante do Atlético-MG e alcança primeira vitória no Brasileirão feminino

Halep reencontra Mouratoglou: "Sem ressentimentos"

Assassino de jogador Daniel, Edison Britter Júnior é condenado a 42 anos de prisão

Seleção Feminina: Brasil cai em pokerstars com pt grupo complicado na Olimpíada

Stephens supera Kerber em pokerstars com pt Miami, Iga enfrentará Giorgi

---

Author: mka.arq.br

Subject: pokerstars com pt

Keywords: pokerstars com pt

Update: 2024/7/12 18:21:37